

EDUCAÇÃO E QUESTÕES PEDAGÓGICAS: UM CONTEXTO REMEXIDO POR DIFERENTES EXPERIÊNCIAS

Estamos assombrados com os acontecimentos na vida social no contexto nacional e internacional. A fragilidade moral no sistema político e judiciário do Brasil, denúncias de corrupção são arquivadas ou não, sonhos e fechamentos da UERJ, pagamento das sessões de deputados e não pagamento de aposentadorias. A ética em frangalhos com a íntima relação com a morte por balas perdidas, as ogivas e o terrorismo. O que sugere que nunca foi tão explícita no país e no mundo a relação com a morte.

Diante dos perigos existe um caminho que é a ampliação de nossas responsabilidades com a comunidade acadêmica, sobretudo, com o campo da educação. Só pela educação é possível a humanização dos sujeitos sociais. Portanto, seguimos divulgando o conhecimento produzido na área do campo educacional com o propósito da busca da melhoria das ações dos sujeitos sociais.

Neste número, apresentamos o artigo “Clima universitário e cyberbullying: um estudo correlacional com estudantes do Brasil e Portugal”. Os autores Sidclay Bezerra de Souza e Ana Margarida Veiga Simão apresentam como objetivo a tentativa de perceber de que forma as variáveis do clima universitário poderiam se correlacionar com os tipos de envolvimento em situações de cyberbullying. Para isso, um total de 979 estudantes universitários brasileiros (60.5%) e portugueses (39.5%) participaram através da resposta dos seguintes instrumentos: Escala do Clima Institucional e Psicossocial Universitário (ECLIPSU) e o Questionário do Cyberbullying no Ensino Superior (QCES). Em termos de resultados, verificam os autores a existência de correlações significativas entre as variáveis do clima universitário e os diferentes tipos de envolvimento. Os resultados são discutidos e as implicações são apresentadas no sentido de alertar as instituições universitárias sobre a importância da construção de um clima universitário positivo.

No artigo “O uso de Livro-Imagem e a produção textual: uma experiência com alunos de 5º ano em uma escola no campo”, os autores Chris de Azevedo Ramil, Lucas Gonçalves Soares e Eliane Peres analisam o trabalho com o livro-imagem “Lá vem o homem do saco”, de autoria de Regina Rennó, realizado com crianças de um 5º ano de uma escola no campo do município de Canguçu, no Estado do Rio Grande do Sul. Os dados aqui problematizados foram coletados em uma pesquisa mais ampla sobre práticas de leitura literária e permitem questionar e refletir sobre os possíveis efeitos das atividades com esse tipo de livro em sala de aula. Os resultados indicam que essas práticas proporcionam variadas leituras a partir de uma mesma obra literária, quando esta não é conduzida por textos e é constituída apenas por imagens. Além disso, a narrativa do livro mobilizou nos alunos seus conhecimentos sociais, culturais e familiares no ato de interpretação da história, refletindo, assim, na produção de seus textos. O estudo indica, ainda, a importância da imagem na formação das crianças e a necessidade de estimular o contato com livros-imagem na escola, proporcionando, assim novas e diferenciadas experiências estéticas.

No artigo “Escolas do Campo: Políticas Públicas e as Múltiplas Realidades”, a autora Zilmar

Santos Cardoso apresenta uma breve reflexão sobre a Educação do Campo, tomando como referencial as políticas públicas educacionais para a Educação do Campo. Discute o histórico contexto de descaso do Estado com a educação destinada a população do campo, bem como o contexto de criação e implementação das políticas públicas para a educação do campo, apresentando a luta dos movimentos sociais em prol de uma educação voltada para a realidade do campo. Discute a autora, também, a realidade das escolas do campo, analisando as dificuldades encontradas no processo de implementação das políticas públicas.

No artigo “Contribuições do PNAIC para a construção de saberes por professores alfabetizadores”, as autoras Geisa Magela Veloso, Cláudia Aparecida Ferreira Machado e Cecília Barreto Almeida apresentam uma problematização sobre a formação de professores no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa/PNAIC-PACTO, discutindo a produção de saberes docentes, com ênfase na relação teoria-prática. Os dados foram coletados junto a 120 municípios e revelam a importância estratégica de programas de formação continuada desenvolvidos pelo poder público, posto que, no universo pesquisado, apenas 08 desenvolvem processos próprios de formação docente. A análise qualitativa da realidade indica que os professores produziram representações positivas sobre o PACTO, que tem favorecido o compartilhamento de saberes e de aprendizagens, estabelecendo-se uma rede de trocas, em que teoria e prática se articulam na produção de situações didáticas voltadas para a alfabetização e o letramento das crianças.

No artigo “Programas de Alfabetização para Jovens e Adultos: PAS e PBA, concepções e gestão”, as autoras Ada Augusta Celestino Bezerra e Márcia Alves Carvalho Machado apresentam uma configuração dos dois principais programas implantados pelo Governo Federal pós-LDB/1996 visando à alfabetização de jovens e adultos, o PAS e o PBA, detendo-se de forma particular no PBA, com a análise dos seus objetivos, concepção de educação e aspectos relativos à gestão do programa. Trata-se de pesquisa teórica e de campo, com uso da abordagem qualitativa, cujas fontes de informações foram os documentos legais e orientadores das políticas e aquelas obtidas por meio de entrevista com o gestor nacional do PBA. As conclusões apontam que, embora os objetivos dos programas de alfabetização de adultos no Brasil tenham sido ampliados no sentido de universalizar a educação para as pessoas de 15 anos ou mais, a concepção de educação legitimada por eles, advinda das orientações da UNESCO, segue a lógica neoliberal. Também ficou patente que o Estado atribui um sentido simplista à alfabetização de jovens e adultos, indicando como sua principal preocupação implantar políticas educacionais que embora assegurem o direito à educação, não avançam para uma perspectiva efetivamente democrática e emancipatória, perpetuando a característica compensatória das políticas para a EJA. Desse modo, evidencia-se a necessidade de avanço das políticas de Estado mediante programas que de fato contribuam para o fim do analfabetismo, monitorados e avaliados pelo poder público e pela sociedade civil, em especial visando às características de descentralização, autonomia e flexibilidade.

No artigo “O Projeto de vida nas escolas do Programa Ensino Integral”, as autoras Sandra Maria Fodra e Mara Efigênia Cáceres Nogueira apresentam o resultado de uma pesquisa sobre a construção do Projeto de Vida dos alunos nas escolas de Ensino Médio do Programa Ensino Integral (PEI), na visão dos professores dessa disciplina. Esse programa foi implantado

pela Secretaria de Estado da Educação em 2012, e conta hoje com 308 escolas que oferecem educação integral em tempo integral. O trabalho com o Projeto de Vida é desenvolvido com adolescentes e jovens, a partir do 6º ano. Durante o Ensino Fundamental, as atividades de Projeto de Vida tratam dos valores, por meio de discussões e reflexões sobre a realidade dos alunos. Já no Ensino Médio, as aulas de Projeto de Vida visam o despertar do autoconhecimento profundo nos estudantes, sua história de vida e do seu percurso escolar, para que eles consigam perceber seus potenciais pessoais e fragilidades e, assim, definirem as habilidades que ainda precisam ser desenvolvidas, a fim de realizarem seus sonhos e concluírem seus Projetos de Vida. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e usou entrevistas semiestruturadas com Professores de Projeto de Vida do Ensino Médio. Segundo os entrevistados, embora os alunos tenham resistência no início, o trabalho com o Projeto de Vida é desafiador, gratificante e contribui com o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos jovens. Eles aprendem que as escolhas do presente interferirão no seu futuro e que a escola pode contribuir nesse percurso e, assim, os estudos passam a ter mais sentido e significado. Noventa por cento dos alunos do Ensino Médio finalizam a construção do seu Projeto de Vida até o final da 3ª série.

No artigo “Práticas sobre Gestão Escolar: uma análise a partir do levantamento de teses e dissertações (2009 A 2015)”, as autoras Rosa Lirane Godindo de Andrade e Cristiane Machado buscam analisar práticas de gestão escolar, no período de 2009 a 2015, no banco de teses e dissertações catalogadas e disponibilizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, tendo como filtro os descritores: práticas de gestão escolar, ação de gestão escolar e práxis de gestão escolar. A pesquisa se insere no campo dos estudos sobre o Estado da Questão. Na primeira etapa, foram analisadas 146 pesquisas, na 2ª etapa foram selecionados 22 trabalhos que serviram de base para a elaboração do quadro-síntese com os principais dados da pesquisa. Além dos autores das teses e dissertações, esse estudo se apoia também nos referenciais teóricos de: Paro (1987, 2000, 2002 e 2010); Sander (2005,2007); e Lück (1994 e 2010). Os dados foram analisados a partir do campo de estudos “Estado da Questão”, que é uma investigação específica a respeito de um tema. Os resultados apontam que os temas recorrentes nas pesquisas analisadas foram a gestão democrática, autonomia e financiamento da educação e formação de gestores escolares. Os estudos apontaram, ainda, que, para o gestor escolar ter uma prática eficiente e eficaz, que leve em conta as dimensões acima citadas, as formações devem contemplar esses temas, levando em consideração o contexto sociocultural de sua atuação.

No artigo “O início da carreira docente e as dificuldades enfrentadas pelo professor iniciante”, Mônica Maria Teixeira Amorim alega que o início da carreira docente constitui uma fase que carece ser examinada no sentido de ampliar as análises sobre esse período. Para cumprir tal propósito, realizou-se um estudo que objetivou, em específico, examinar as principais dificuldades enfrentadas pelo professor iniciante. O estudo, de natureza qualitativa, utilizou como procedimentos técnicos a revisão de literatura e a pesquisa de campo. Como técnicas de coleta foram utilizados questionários e entrevistas com professores novéis. Os resultados indicam que o domínio de conteúdo, a limitação de espaço e a insuficiência de recursos materiais figuram entre os problemas vividos por esses sujeitos. Todavia, boa parte das dificuldades estão vinculadas ao saber didático, a questões de natureza pedagógica e relacional. Ressalta-se que as dificuldades enfrentadas pelo iniciante constituem importante objeto a ser abordado na

formação inicial de professores podendo, ainda, suscitar reflexões para a formação continuada e as políticas educativas.

No artigo “Educação Inclusiva: um olhar sobre as adaptações curriculares”, Caroline Borges Zanato e Roberto Gimenez analisam que, reconhecidamente, as adaptações curriculares constituem uma possibilidade para atender às dificuldades de alunos com deficiência, ou que apresentem dificuldades de aprendizagem, pois favorecem a apropriação do conhecimento escolar e contribuem com o seu processo de aprendizagem. Todavia, existem muitas dúvidas quanto à natureza dessas adaptações e seus respectivos desdobramentos sobre o processo de acolhimento dos alunos. Assim, o presente artigo busca discutir o papel das adaptações curriculares para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. De modo geral, são discutidos os níveis e categorias das adaptações, seus respectivos graus de efetividade, bem como o papel da equipe gestora e dos professores nesse processo de inclusão. Além disso, são discutidos também fatores que limitam os possíveis impactos das adaptações curriculares na educação básica.

A resenha realizada por Gisele Pedroso de Almeida Messora oferece aos leitores uma leitura crítica da obra: *Política Educacional*, de Eneida Oto Shiroma, Maria Célia Marcondes de Moraes, Olinda Evangelista. A autora destaca que a obra retrata a história política da educação brasileira, destacando a leitura de importantes documentos nacionais e internacionais de órgãos multilaterais como Banco Mundial (BM), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas (UNESCO), Oficina Regional de Educación de la UNESCO para América Latina y el Caribe (OREALC), além de dados estatísticos sobre índices de analfabetismo, estrutura física das escolas e nível de formação dos professores da educação básica.

A *Revista @mbienteeducação* oferece, assim, a seus leitores, uma oportunidade de refletir sobre a educação no contexto remexido por questões pedagógicas de experiências diferentes que nos colocam diante de possibilidades de mudança no campo educacional.

Cabe desejar uma leitura plena de sentidos e significados!

Margaréte May Berkenbrock-Rosito
Editora